

ATA DA NONAGÉSIMA PRIMEIRA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA.

Às nove horas e vinte minutos do dia quinze de maio de dois mil e dois, deu-se início a Nonagésima Primeira Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, presidida por Cláudio Augusto Vieira da Silva (Fundação Fé e Alegria do Brasil) Presente os conselheiros titulares Normando Batista Santos (ABONG); Maria Stela Santos Graciani (PUC-SP); Maria Izabel da Silva (CUT); Kênia Augusta Figueiredo (CFESS); José Fernando da Silva (Centro de Cultura Luiz Freire); Joacir Della Giustina (CNBB); Rachel Niskier Sanchez (SBP); Vicente de Paula Faleiros (CECRIA); Manoel Messias Moreira da Silva (MNDH); Osvaldo Marcolino Alves Filho (MF); Walter Antônio da Silva (Minc); Denise Doneda (MS); e Wânia Ribeiro Tavares (MPAS). Presentes também os conselheiros governamentais suplentes que assumiram a titularidade nesta assembléia: Júlio Boaventura Santos Matos (MRE); Marilda Marfan (MEC); Yvone Bezerra de Mello (MTE); Maria Ignês Bierrenbach (MJ); Clovis Ubirajara Lacoste (Casa Civil). Esteve também presente o representante do Ministério do Planejamento Max Halley Sudário de Lima e Silva .Esteve ainda presente a conselheira suplente da Sociedade Civil Laura Rossetti (FENAPAE's). Dando início, o Presidente submeteu a Pauta de Trabalho à plenária tendo a mesma sido aprovada por todos com adequações pertinentes como segue; **I – Relato da Conferência da ONU.** Estiveram presentes neste momento da reunião a Diretora do Departamento da Criança e do Adolescente – Denise Paiva e os representantes do Ministério das Relações Exteriores Ana Maria Parada e Maximiano Fraga. O Presidente fez um breve relato sobre a participação do Brasil na conferência cuja Comitativa foi chefiada pelo Ministro de Estado da Educação Paulo Renato. O Senhor Ministro participou da aprovação do relatório final e os demais participaram das Conferências sobre o trabalho infantil, tráfico de pessoas, movimento global de organização para crianças no mundo. Houve também a Reunião dos Parlamentares presentes, onde a Frente Parlamentar pela Criança (Brasil) apresentou uma proposta à mesa, a qual dispunha que os recursos destinados ao cumprimento das metas não sofressem nenhum tipo de condicionamento pelos Estados. O Presidente esclareceu que o resultado desses eventos paralelos não entram no relatório final da Conferência. Com relação as questões principais inseridas no relatório final houve resistência na sua aprovação, liderada pelos Estados Unidos, principalmente no tocante ao termo erradicação, pois o mesmo defendia só o combate ao trabalho infantil. A outra posição daquele país foi a questão do acesso ao serviço do adolescente no setor reprodutivo, numa posição bem conservadora. A conselheira Rachel complementou a fala do Presidente informando que representou o Brasil num evento paralelo sobre saúde reprodutiva dos adolescentes, organizada pela Embaixada da Holanda, com a participação de adultos e adolescentes. O Secretário Maximiano (MRE) complementou a fala da conselheira alegando que a principal contenda das ONG's dos Estados Unidos foi com relação a oferta de serviço de saúde sexual ou reprodutiva, porque temiam que essas expressão pudessem inferir a idéia de aborto e que essas ONG'S têm uma idéia bastante conservadora sobre o assunto. O Presidente informou ainda que uma outra resistência foi com relação a Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Como os Estados Unidos não ratificaram a convenção eles se opuseram durante todo o processo a qualquer menção sobre a mesma, como base das decisões que fossem tomadas ou como base ao documento final. Na avaliação do Secretária Maximiano a Conferência foi muito produtiva pelo fato de representar o primeiro encontro da ONU exclusivamente dedicado à Criança e que foi o primeiro encontro da ONU que crianças tiveram participação efetiva e protogonica, levantando questões relevantes como as guerras e a pobreza e que elas (as crianças) querem participar da elaboração de politicas que lhe dizem respeito. O Presidente complementou a fala, alegando que as crianças de alguns países defendem o trabalho infantil como enfrentamento da pobreza. A Diretora do DCA Denise Paiva ressaltou que as contradições levantadas assustaram bastante porque há uma tendência reacionária. A Diretora informou também que a reunião que o Secretário de Estado dos Direitos Humanos

participou foi de alto nível, onde foi discutido um acordo de cooperação, para as questões da violência, do protagonismo juvenil e do trabalho infantil. O Secretário deixou claro os avanços do Brasil nas áreas de saúde, educação, trabalho infantil, etc. Com relação aos avanços o Presidente informou que houve destaque ao Estatuto da Criança e do Adolescente e a importância dos Conselhos de Direitos. Na oportunidade ele propôs que o CONANDA faça o acompanhamento do relatório para os próximos dez anos, considerando que o Conselho não pode abrir mão por ser o órgão controlador das ações na área da infância e da juventude e que a Comissão de Políticas Públicas faça desde já o acompanhamento e o monitoramento dessas metas. O Presidente propôs ainda baixar resolução delegando à Comissão de Políticas Públicas a criação de mecanismos de acompanhamento e monitoração pelo menos a cada dois anos. A conselheira Maria Stela propôs que numa primeira etapa fosse feito uma síntese de todas as metas, a fim de enviá-las aos Conselhos Estaduais dos Direitos para o devido acompanhamento. **II- Trabalho de Grupo das Comissões Temáticas**. As Comissões Temáticas se reuniram na parte da manhã e início da tarde para tratar de assuntos específicos de suas áreas de atuação. **III – Relato dos Trabalhos das Comissões Temáticas –1 – Comissão de Políticas Públicas** – A Conselheira Denise Doneda fez o relato da Comissão abordando os pontos que seguem; a) designação do conselheiro Osvaldo para efetuar estudo comparativo entre o ECA e o Estatuto do Índio para elaboração de proposição de inclusão; b) o estudo comparativo entre o ECA e a LDB foi aprovado e deverá ser enviado ao Conselho Nacional Educação; c) indicação do conselheiro Joacir Della Giustina para compor o grupo de trabalho para articulações com o UNICEF; d) a conselheira Denise Doneda ficou responsável pela rearticulação do Grupo de Trabalho CONANDA e DCA, tendo em vista as mudanças ocorridas naquele Departamento; e) foi aprovado pela Comissão o nome da Senhora Eliana Crisostomo para a assessoria e sistematização dos Encontros Regionais sobre medidas socioeducativas; f) informações pela Secretaria Executiva sobre os preparativos dos Anais da IV Conferência Nacional; g) apresentação e aprovação do Programa do VI Encontros de Articulação do CONANDA com os Conselhos Estaduais a ser realizado no mês de julho; h) recebimento de convite para participação no Seminário “ O Trabalho Infantil no Estado de São Paulo, tendo sido indicado a conselheira Maria Izabel; h) indicação da conselheira Maria Izabel para compor a Comissão técnica criada pela Secretaria de Estado da Assistência Social – SEAS, que tem como objetivo discutir e apresentar proposta de estratégia de intervenção de combate ao trabalho infantil; i) na oportunidade a conselheira informou sobre o resultado da sua participação na reunião realizada na SEAS. A conselheira Marilda Marfan irá agendar visita oficial do CONANDA com Ministério da Educação para divulgação oficial do Pacto pela Paz; j) a conselheira Kênia ficou responsável para rearticular os trabalhos da CONANDA/CNAS; l) a Secretaria Executiva ficou responsável pelo envio de correspondência de agradecimento à OIT pelo recebimento de materiais e publicações sobre trabalho infantil e à Universidade Federal de Minas Gerais pelo recebimento de materiais sobre os Temas Políticas Públicas, desenvolvimento e aprendizagem e saúde da criança; m) recebimento de ofício do Fórum Municipal DCA de São José dos Campos, solicitando informações sobre a implantação e execução dos Projetos Sentinela e PETI naquele município. O documento deverá ser enviado à SEAS para as devidas providências. A conselheira Maria Izabel submeteu o seu parecer sobre o ofício recebido da Escola Profissional e Social do Menor de Londrina – EPESMEL sobre o trabalho do adolescente em logradouros públicos, tendo o mesmo sido aprovado por todos. O parecer deve ser também enviado à Procuradora do Trabalho do Ministério Público do Trabalho da Nona Região. A conselheira informou ainda, quanto a sua participação na Comissão Especial, sobre o trabalho doméstico em casa de terceiros e que o assunto deverá ser aprofundado até trinta de junho, para inseri-lo no PETI. Solicitou a todos sugestões sobre o assunto. O conselheiro Joacir apresentou seu parecer sobre a reiteração do apelo da Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado do Mato Grosso do Sul pela criação de um Conselho Tutelar em reserva indígena de Ceivas - Dourados – MS, o qual informa que Comissão de Políticas Públicas está empenhada no estudo

comparativo entre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a proposta de Lei – Estatuto do Índio, no sentido de orientar sobre a criação dos Conselhos nas reservas indígenas. A conselheira Maria Ignês informou sobre sua participação no Encontro de Emigrantes Brasileiros e da sua visita ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em Lisboa – Portugal. A conselheira se comprometeu repassar o documento à Comissão de Políticas Públicas.

2- Comissão de Orçamento e Finanças/ Medidas Socioeducativas- O conselheiro Walter fez o relato dos trabalhos informando que: a) a proposta de parecer sobre o Projeto da Pastoral da Criança para captação de recursos do FNCA é para que a Entidade apresente nova proposta, tendo em vista que a proposta apresentada não fornece condições de medição dos resultados a serem obtidos em virtude de ser geral e abrangente; b) no que diz respeito ao monitoramento e acompanhamento dos projetos aprovados, a Comissão continua a organizar os procedimentos necessários para submetê-los a aprovação; e) as conselheiras Maria Stela e Maria Ignês foram indicadas para compor o grupo de trabalho do UNICEF respectivamente como titular e suplente; d) os conselheiros Walter e Tânia ficaram responsáveis pelo acompanhamento do orçamento de 2003, com mediação da Vice Presidente Maria Ignês; e) com relação a transferência de recursos fundo a fundo, por necessidade de legislação específica, o conselheiro Walter se posicionou contrário a contratação de consultoria para definir os procedimentos legais de repasse dos recursos. O Conselheiro Vicente contrargumentou propondo consultoria complementar, com especialista para contrapor sobre o assunto. O assunto foi amplamente debatido, tendo sido deliberado para que a Comissão de Legislação apresente nova proposta sobre o repasse fundo a fundo para deliberação na próxima plenária; f) elaboração de parâmetros de funcionamento de fundos e Conselhos de Direitos. O conselheiro José Fernando sugeriu que a construção dos parâmetros seja participativa nos moldes dos parâmetros dos Conselhos Tutelares e que o CONANDA já tem muitas atribuições para este exercício. O conselheiro Vicente propôs começar já com os preparativos de documentos para prosseguimento no próximo exercício. O Presidente considera que seja uma tarefa para o exercício de dois mil e três; g) análise de dois novos projetos, sendo um do Estado de Santa Catarina, para capacitação de profissionais que atuam em abrigos e o outro para publicação de cartilhas informativas sobre Ostromizados. O Primeiro foi aprovado com ressalvos e o segundo deve ser enviado ao Ministério da Saúde. h) O conselheiro Normando ficou responsável pela elaboração de procedimentos referentes a captação de recursos para o FNCA e submetê-lo a assembléia do mês de junho; i) apresentação da planilha com os projetos que se encontram empenhados e prontos para serem encaminhados à Consultoria Jurídica; j) com relação ao Encontro Regional da Região Centro Oeste, a Comissão organizou a programação do evento a ser submetida aos demais parceiros e ao Conselho Estadual-Go, propondo reunião para o dia vinte e seis no período da tarde para os acertos finais do Encontro. A programação foi debatida pela plenária e aprovada com correções pertinentes.

3 – Comissão de Articulação/ Comunicação – O conselheiro José Fernando fez o relato dos trabalhos conforme os pontos que seguem; a) pendência da assembléia anterior sobre a consulta do CMDCA de Martinópolis sobre as competências do CT para fiscalizar bailes ou eventos de outras naturezas no tocante a entrada de adolescentes e a proibição de bebidas alcóolicas, ficando o conselheiro Marcos Colares responsável pelo parecer; b) pendência da assembléia anterior sobre o recebimento dos encaminhamentos e deliberações do I Congresso Brasileiro de Conselhos Tutelares, ficando a conselheira Yvone responsável pela análise do documento; c) pendências da assembléia anterior sobre correspondência recebida de conselheiro Tutelar de Mogi das Cruzes – SP, ficando a conselheira Wania responsável pelo parecer; d) aprovação do parecer elaborado pela coordenadora do SIPIA/DCA sobre a situação do SIPIA no Estado de Santa Catarina, a pedido do CEDCA-SC; e) aprovação do nome da conselheira Yvonne para coordenar a Comissão de Articulação/Comunicação e para compor o GT CONANDA/UNICEF como titular e Vicente como suplente; g) necessidade de reelaboração da proposta de composição do CNCS, propondo num primeiro momento aguarda a escolha dos conselheiros e a instação do conselho para convidar os órgão indicados pelo

CONANDA para compor o Conselho e num segundo momento marcar audiência entre a Presidência do CONANDA e a Frente Parlamentar pela Criança para entrega do documento com a posição do colegiado; h) recebimento de documento da conselheira Tutelar de Taguatinga – DF, solicitando parecer do CONANDA sobre seu afastamento da função de conselheira. A conselheira Yvonne ficou responsável em elaborar resposta sobre o pedido, tendo como base a Resolução N° setenta e cinco que sugere a criação de Comissão de Ética no Conselho Tutelar para tratar de assuntos desta natureza; i) recebimento de documento contendo denúncias de que os Comissários de Menores no Pará estão exercendo as funções do conselheiro tutelar. Foi aprovado solicitar ao parecer ao Dr. Saulo da ABMP sobre o assunto; j) Com relação aos ajustes no documento de integração CONANDA/CNAS , foi indicado os conselheiros Kênia e Vicente e o próprio CNAS e indicado o do conselheiro Vicente para compor a referida Comissão; l) denúncias de morte de adolescente decorrente de acidente de trabalho em Juiz de Fora-MG. Foi proposto que a Secretária Executiva encaminhe ofício a Promotoria da Infância e da Juventude, com cópia ao denunciante, solicitando informações sobre as providências adotadas; m) enviar ofício de agradecimento a São José dos Campos-SP, pelo recebimento de assinaturas contra a redução da idade penal; n) moção de repúdio contra programação de rádio e televisão apresentada na IV Conferência Nacional. A Comissão entende que a posição do CONANDA já foi amplamente distribuída e encontra-se disponível na sua Home Page. Agora e que deve-se centrar esforços para o efetivo funcionamento do Conselho Nacional de Comunicação Social; o) Moção do CONANDA apresentada na IV Conferência Nacional, com recomendações aos Ministérios Públicos Estaduais, visando a criação de Conselhos de Direitos e Tutelares. A conselheira Laura apresentará sugestão de texto na próxima plenária; p) Moção para capacitação de Conselhos de Direitos e Tutelares proposta na IV Conferência. A mesma deverá ser incluída na programação da VI Encontro de Articulação com os Conselhos Estaduais; r) **IV Participação do CONDECA-SP Para discutir questões relativas ao Conselho** - No início dos trabalhos do segundo dia de trabalho, estiveram presentes os conselheiros estaduais representantes do CONDECA-SP Fabiano Marques de Paula, representando a Presidente do Conselho e Silvia Brunet V. de Paula representante da Sociedade Civil. O Presidente deu as boas vindas aos visitantes ressaltando a importância de recebê-los aqui no Conselho. O conselheiro Fabiano fez o relato sucinto sobre a situação da Presidente do CONDECA e sobre as ações do Conselho na sua gestão. Os pontos principais abordados foram: a questão regimental do Conselho, a gestão do fundo, o Banco de Projetos Especiais e a aprovação das contas da atual Presidente e o Plano de Ação para o biênio dois mil e dois e dois mil e três, aprovados em assembléia Pública. Agradeceu a oportunidade de estar aqui no CONANDA para os esclarecimentos necessários. Em seguida a conselheira Silvia cumprimentou a todos alegando estar emocionada pelo desrespeito ao CONANDA e ao Estatuto da Criança e do adolescente, pela forma em que o conselheiro Fabiano relatou a situação do Conselho, considerando manipulação do conselheiro e do Governo de São Paulo. Ela disse sentir –se de luto pelo desrespeito. A conselheira esclareceu que hoje o CONDECA esta funcionando através de uma mesa diretora composta por três representantes do governo e um da sociedade civil e que na composição do atual Conselho o Governo tem onze representantes e a sociedade civil nove. Ela ressaltou que é preciso lutar para que os Conselhos sejam paritários. Para ela as atas são aprovadas de forma desrespeitosa e que o Plano de ação é um arremedo, pois o mesmo não considerou as deliberações das Conferencias Estadual e Nacional. Alegou que o núcleo de referencia do SIPIA teve a sua Resolução revogada e quem irá gerencia-lo é a mesa diretora. Ressaltou ainda que a prestação de contas não foi submetida à plenária e que a sociedade civil fez uma prestação de contas paralela repudiando os atos da mesa diretora. Por fim esclareceu que apesar do Conselho ter votado contra a continuidade da atual Presidente a mesma foi reconduzida ao cargo . A conselheira Maria Ignês considerou importante a vinda ao CONANDA por tratar de um espaço legítimo para essas discussões e o encaminhamento de soluções. Para ela, as crianças de São Paulo não podem ficar nesta situação. Na oportunidade ela sugeriu que neste momento em que está sendo

reconduzida a mesa diretora deveriam pensar também numa mudança de composição. O Presidente esclareceu que na época da Conferencia Estadual já tinha ficado claro o limite do acordo político e quando a situação chega neste ponto é porque já se extrapolou todos os limites. Para ele a única forma é refazer o órgão, governo e sociedade construir uma gestão democrática. O CONDECA está engessado porque a sua natureza é político partidária e que o CONANDA só pode intermediar se houver anuência das partes e a real intenção de cumprir o proposto, ou então a atual administração deve renunciar para poder o Conselho funcionar. O Presidente ressaltou também que o Conselho do Distrito Federal teve problemas e o CONANDA intermediou e já está tendo novo processo eleitoral. Ressaltou ainda que o CONANDA também teve crises e conseguiu reverter a situação. A conselheira Denise propôs inserir um elemento novo para poder vencer mais este ano. O conselheiro Joacir sugeriu rever o Regimento Interno, incluindo a questão da legalidade. A conselheira Silvia informou que desde o mandato anterior o Conselho está elaborando o novo Regimento e o conselheiro Fabiano também concorda em substituir o Regimento, porém, argumentou que interpreta-lo é uma questão da mesa diretora (legitimação). Alegou ainda que as questões de fundo sempre serão procedidas com dialogo e que as mudanças podem ser superadas através da eleição da mesa diretora para que a situação seja superada e se construir um momento novo. Aproveitou a oportunidade para agradecer a todos. A conselheira Silvia também agradeceu a todos alegando não concordar que as coisas possam ser resolvidas até amanhã, porque não há tempo hábil para uma discussão coletiva, portanto, ela só acredita na renunciar ou no adiantamento da eleição para repensar o assunto. O Presidente do CONANDA reafirmou o propósito de intermediação para até o fim do mandato, porém se não houver acordo também sugeriu que todos renunciem para que pessoas com maior abertura assumam a direção do Conselho. A conselheira Maria Ignês contrargumentou que um ano é um período muito longo para a solução dos problemas. O conselheiro Normando argumentou a importância de se construir um processo e se buscar o consenso em favor do conselho. A conselheira Maria Stela externou o seu respeito às diferenças e reiterou ao conselheiro Fabiano em nome do CONANDA a concretização da sugestão da conselheira Silvia, adiando a eleição e dando um prazo maior para uma construção coletiva, nem que esta seja a sua última ação **V – Leitura, Discussão e Aprovação da Ata da Nonagésima Assembléia Ordinária do CONANDA.** A Ata da Nonagésima Assembléia Ordinária foi aprovada com correções pertinentes **VI- Apresentação da Agenda Nacional de Combate à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes e Discussão Sobre o Caso dos Meninos Emasculados do Maranhão.** O Presidente convidou a adolescente Rachel Andrade, representante do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua para falar em nome de todo o movimento. Inicialmente ela cumprimentou a todos, informando sobre sua participação no Forum Juventude, Projeto desenvolvido pela Movimento Nacional juntamente com o CECRIA. A adolescente agradeceu ao CONANDA pela aprovação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infante Juvenil, ressaltando o desejo dos adolescentes para que esse Plano saia da teoria para a prática, a fim de que eles possam ter certeza de estarem em segurança. Ela ressaltou também que os adolescentes gostariam que o CONANDA implementasse as ações elaboradas pelos jovens na IV Conferência Nacional, juntamente com o Pacto Pela Paz. A adolescente informou ainda que para garantir a execução das ações de enfrentamento da violência o Movimento Social em Defesa da Criança e do Adolescente elaborou uma agenda nacional para enfrentamento da violência sexual a ser entregue às autoridades brasileiras e que os projetos que estão em tramitação no Congresso Nacional sejam transformados em lei, citando como exemplo o caso da pornografia na internet. Ressaltou ainda, sobre a importância de garantir o orçamento para o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Infante Juvenil, a criação de campanha permanente sobre o enfrentamento da violência sexual e a criação de campanha para que a cada dia 18 de maio se faça uma apresentação à sociedade sobre o resultado das campanhas realizadas em todo o país. Na oportunidade a adolescente solicitou ao Presidente do CONANDA a leitura das propostas contidas

na agenda nacional. Ela agradeceu aos adolescentes que vieram de Belo Horizonte, para comemorar o dia dezoito de maio e ao CONANDA por recebê-los. O Presidente leu os pontos estratégicos estabelecidos na agenda nacional e em seguida repassou o documento à comissão de Políticas Públicas. Segue os pontos estratégicos da agenda: 1) Elaborar uma proposta de custo para o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, como forma de assegurar o seu financiamento nos orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios. Essa proposta orçamentaria deverá também ser utilizada como referência base para o financiamento das cooperações dos organismos internacionais e organizações sociais do setor privado e ONGs. 2) Criar mecanismo para que seja implantado, no prazo máximo de 12 meses, o Plano de Enfrentamento da Violência Sexual de crianças e adolescentes em todas as capitais e municípios brasileiros com mais de 200 mil habitantes. 3) Incluir as ações governamentais de combate à violência infanto juvenil, previstas no Plano Nacional, no Plano Plurianual como ações estratégicas e permanentes de direitos humanos e inclusão social. 4) Fortalecimento do sistema Nacional de notificação, considerando como bases fundamentais desses sistemas os Conselhos Tutelares e a rede de notificação instaladas nos municípios. 5) Buscar entendimentos juntos aos Tribunais de Justiça estaduais para que sejam criadas, pelo menos em todas as capitais brasileiras, Varas de Justiça específicas para crimes contra crianças e adolescentes a exemplo do que foi implantado nos estados da Bahia, de Pernambuco e do Ceará. 6) Realizar pesquisas de âmbito nacional, regional e estadual que permitam quantificar e qualificar a violência sexual contra crianças e adolescentes, considerando que a ausência de diagnósticos precisos da realidade dificulta o planejamento estratégico para o seu enfrentamento como também desinforma a sociedade sobre a dimensão real do problema, prejudicando a sua mobilização e tomada de posição. 7) No âmbito estadual, implantar, pelo menos uma delegacia de proteção e a rede de atenção (notificação, atendimento e prevenção) às situações de violência sexual contra crianças e adolescentes nos municípios com mais de 200 mil habitantes. 8) Desencadeará no âmbito do governo e da sociedade o debate sobre a uma proposta de alteração no código penal em que transforma os crimes sexuais praticados contra crianças e adolescentes, em crime da esfera pública. 9) Promover um coloquio entre especialistas da área jurídica e de área social para apreciação das proposições parlamentares existentes no Congresso Nacional e Assembléia legislativa, sobre o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes, com o intuito de recomendar aos parlamentares uma posição de consenso sobre os mecanismos jurídicos necessários para o enfrentamento da questão no âmbito de formulações de leis, que promovam a defesa e proteção dos vitimizados e responsabilização dos culpados, nas difentes formas em que ocorre o abuso sexual e a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, inclusive na esfera da extraterritorialidade. 10) Incorporar as recomendações advindas da investigação sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins sexuais, atualmente em curso no Brasil, ao programa nacional de tráfico de pessoas recentemente lançado pelo Ministério da Justiça. 11) Instituir formalmente uma instância (fórum ou comissão) permanente de monitoramento do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto –Juvenil, com representantes dos poderes públicos, dos setores organizados da sociedade e de organizações internacionais envolvidos com a temática e que atuam no país. 12) Criar a campanha nacional permanente sobre o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, a cada 18 de maio “ Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” ser apresentado a sociedade o balanço e resultados obtidos por meio de grande divulgação na mídia. A conselheira Maria Ignês falou que o número de denúncias ainda e pequeno em relação ao número de casos existentes. Ressaltou a importância da pesquisa sobre tráfico de crianças e mulheres. A conselheira Rachel falou da importância da participação dos jovens para reverter o processo de violência contra crianças e adolescente. Convidou os jovens para que denunciasses a todo e qualquer caso que se tenha conhecimento, invocando as autoridades como exemplo o Conselho Tutelar. A Senhora Perla do Forum Nacional DCA, falou que o processo de articulação do CONANDA com o Forum Nacional

na Câmara dos Deputados está em fase de recolhimento de assinaturas para instalação de uma CPI sobre o caso dos meninos emasculados do Maranhão. A educadora Janice de Andrade falou da importância do envolvimento e da divulgação dos jovens. Agradeceu a oportunidade de participação do grupo no evento. O Conselheiro Messias enfatizou a importância dos itens número um e doze da agenda e solicitou o acompanhamento do orçamento destinado para esse fim no MJ. O adolescente Lucas Moss, falou da importância da presença dos adolescentes neste conselho. O presidente agradeceu a presença de todos ressaltando a importância da agenda nacional. **VII – Informes** (convites, representações, etc.) 1) o Presidente informou sobre o seu encontro com o Secretário de Estado dos Direitos Humanos – Adjunto para tratar de questões relacionadas ao funcionamento do CONANDA, da realização do VI Encontro de Articulação com os Conselhos Estaduais e sobre os recursos da Petrobrás, tendo em vista a não aprovação do crédito especial de dotação orçamentária. Com relação ao VI Encontro ficou definido que o CONANDA enviará pedido formal ao Secretário de Estado Dr. Paulo Sérgio Pinheiro. Quanto ao crédito especial, os conselheiros Walter e Max deverão manter contatos com a Secretaria de Orçamento Federal e com o Coordenador Geral de Orçamento/MJ, objetivando reverter a situação; 2) A conselheira Kênia fez a entrega do texto da ex- conselheira Mione Apolinário “Cidadania das Famílias, Direitos de Crianças e Adolescente o desafio da Assistência Social, como uma contribuição para a busca de uma sociabilidade brasileira onde o direito não seja uma formalidade; 3) O conselheiro Messias fez a entrega do livro de atualização do Plano Nacional dos Direitos Humanos, informando que é um fato importante na luta dos direitos humanos no Brasil porque incorpora os direitos econômicos, sociais e culturais, além dos direitos civis e políticos. O outro fato importante é que ele já sai com todos os orçamentos para serem executados, em dois mil e dois, além das diretrizes e metas. É uma conquista, pois além do marco histórico da indivisibilidade dos direitos humanos e também da exigibilidade desses direitos humanos. O MNDH teve um papel fundamental na incorporação dessas conquistas. 4) O conselheiro Júlio informou que o Itamarati está criando uma bolsa para que o negro possa se preparar para ingressar na carreira diplomática (homens e mulheres); 5) O Presidente informou sobre o convite do Laboratório SABIM para o CONANDA proferir palestra sobre Erradicação do Trabalho Infantil, onde a empresa está sendo homenageada com o Selo Amigo da Criança. Deverão ser indicados os conselheiros Glauber ou Vicente; 6) Recebimento da Revista do CEDCA–CE, Registro de Experiência; 7) Convite do CEDCA-RJ sobre evento do dia dezoito de maio; 8) O conselheiro Joacir informou sobre a realização da IV Conferência Nacional da Pastoral do Menor, cujo tema é Solidariedade, Caminho para a Paz e o Lema conquistando Direitos, Semeando a Paz a realizar-se no período de vinte e oito de maio a primeira de junho, na cidade de Cachoeira do Campo-MG; 9) A conselheira Marilda informou sobre a sua participação no Simposio Educação Infantil: Construindo o Presente, ressaltando a importância do mesmo. Foi entregue a **Carta – Compromisso** assinada pelos participantes do simposio; 10) A conselheira Maria Isabel informou sobre a alteração da data do convite recebido do Forum Paulista sobre trabalho Infantil; 11) O conselheiro Clóvis informou sobre sua participação na reunião para eleição do Conselho de Direitos do Distrito Federal. As negociações estão bem articuladas e que provavelmente no segundo semestre o Conselho já deverá estar funcionando; 12) O conselheiro Normando informou que a comemoração do dia nacional de luta contra a violência sexual de crianças e adolescentes será realizada em sessões da Assembléia Legislativa do Estado e na Câmara de Vereadores e que haverá ato público no Pelourinho e programas de Rádio e TV; 13) A conselheira Maria Stela informou sobre a sua participação no Encontro Estadual sobre Medidas Socieducativas a realizar - se no dia vinte de maio em Rio Grande do Sul abordando o tema Panorama Nacional sobre medidas socieducativas; 14) A conselheira Kênia informou sobre a sua designação para participar do evento comemorativo sobre o dia nacional de luta contra a violência sexual, promovida pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais; 15) O Presidente informou sobre a sua participação no encontro estadual de Conselhos Tutelares – SP, realizado dias dois e três de maio. 16) Com relação aos

contatos mantidos com a SOF e Coordenadora Geral de Orçamento do MJ, sobre os recursos de Petrobras, os conselheiros Max e Walter informaram os resultados das articulações ressaltando que a SOF informou que o pedido de crédito especial foi devolvido no início do mês de maio, tendo em vista o Decreto do Presidente da República que dispõe sobre o contingenciamento de recursos federal. Os interlocutores da SOF visualizaram uma possibilidade de reencaminhamento da proposta, desde que fossem alterados os códigos da fonte de recursos. O caso foi levado à COF/MJ, a qual alegou impossibilidade de alterações visto que o pedido de crédito especial formulado estava tecnicamente correto e que a sua reapresentação junto a SOF carecia de autorização do Diretor de Programas do MJ. Mediante o impasse o Presidente e a Vice Presidente do CONANDA mantiveram contatos com Dr. Adelio Basile da Diretoria de Programas do MJ para encaminhar o assunto. Dr. Adelio esclareceu que realmente os pedidos de créditos especial não foram enviados ao Congresso Nacional tendo em vista Decreto Presidencial sobre cortes de recursos e que possivelmente os mesmos serão encaminhados no mês de junho deste ano. O Presidente e a Vice –Presidente do CONANDA fizeram um breve histórico sobre os recursos da Petrobrás creditado ao FNCA no final do exercício de dois mil e um e que estão paralisados dificultando o desenvolvimento, da programação do Conselho, solicitando prioridade por parte do Ministério para liberação dos recursos. Dr. Adelio ficou de rever o assunto e manter contatos com o CONANDA. O conselheiro Walter deixou registrado o seu descontentamento em perder metade do dia de Assembléia para resolver problemas operacionais, alegando que o CONANDA deve ter essa estrutura operacional de movimentação de recursos, consultorias para elaboração de projetos, visto não ser papel do conselheiro. O CONANDA deve emitir parecer quanto ao mérito dos projetos e não as questões operacionais. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembléia. E, para constar, eu Maria Bernadete Olivo, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada pelo Colegiado será assinada pelo Presidente do CONANDA.

CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA
Presidente do CONANDA